

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social, Políticas de  
Assistência Social**

**O PRIMEIRO-DAMISMO E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA PENSAR  
SOBRE O CLIENTELISMO E O FAVOR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Este artigo discute sobre a perpetuação do primeiro-damismo na assistência social como um traço da formação social brasileira, perpassada pelo patrimonialismo, populismo e clientelismo. Apresenta como as primeiras-damas atuam como reprodutoras da lógica do favor e do clientelismo na assistência social, após a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

**Palavras-chaves:** Primeiro-damismo. Assistência Social. Clientelismo. Favor. Sistema Único de Assistência Social.

**ABSTRACT**

This article discusses the perpetuation of First Ladyism in social assistance as a feature of Brazilian social formation, permeated by patrimonialism, populism and clientelism. It presents how first ladies act as reproducers of the logic of favor and clientelism in social assistance, after the consolidation of the Unified Social Assistance System (SUAS).

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

**Keywords:** First damism. Social Assistance. Clientelism. Behalf. Unified Social Assistance System.

## 1. INTRODUÇÃO

Mesmo após a instauração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) há quase 20 anos<sup>2</sup>, é comum encontrar no hall de entrada de uma secretaria municipal de assistência social ou de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), paredes repletas de fotos registrando momentos de entrega de benefícios eventuais, de festas realizadas no município, de datas comemorativas, cuja figura central nas imagens é a primeira-dama, fazendo a “doação” de kit bebê, de cestas básicas, de brinquedos para as crianças. Também é comum se observar nas páginas eletrônicas de determinadas prefeituras a existência de matérias que estampam alguma “ação bondosa” da primeira-dama para os cidadãos do município, principalmente em épocas em que o “espírito doador” é mais evocado: dia das mães, dia da criança, Natal, etc.

Nas Conferências de Assistência Social, sendo secretária de Assistência Social ou não, a primeira-dama na maioria das vezes está presente na mesa de abertura. Quando tem a oportunidade da fala, geralmente é para enaltecer o papel do marido e dizer que sua prioridade é “trabalhar em favor dos mais pobres”, que sua preocupação central é “com aqueles que mais precisam”, e que o prefeito tem dado total autonomia para que as ações de assistência social sejam conduzidas para este fim. Em contrapartida, o prefeito tende a reproduzir a ideia de que a primeira-dama é quem entende melhor do assunto quando se trata das ações de assistência social, revelando uma evidente relação entre o papel atribuído à mulher no âmbito privado, reproduzindo-o no espaço público: o de cuidado e da doação ao outro.

É recorrente a utilização de adjetivos e descrições que colocam a primeira-dama como sendo a responsável pela “ação social” nos municípios e estados. São enaltecidas algumas de suas “qualidades”: bondade, preocupação com o bem-estar dos cidadãos, solidariedade, disponibilidade para servir ao próximo, etc. Tal discurso se sobressai e subordina o direito à proteção social à lógica do favor, quer no âmbito da Política de Assistência Social, quer de outras

---

<sup>2</sup> O que será narrado a seguir faz parte da nossa observação como pesquisadora em relação a como o fenômeno do primeiro-damismo vem se manifestando de forma bastante enraizada e naturalizada no âmbito da assistência social, mesmo pós-SUAS. O que está explicitado, são situações reais com as quais tivemos contato através de experiências profissionais como assistente social atuando em diversos municípios cearenses através da realização de assessoria, consultoria e formações nas prefeituras, na área de Assistência Social e de Criança e Adolescente, nos últimos quinze anos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

políticas. Também é recorrente a exaltação das ações voluntárias realizadas pelas primeiras-damas, algumas vezes, inclusive, ganhando mais visibilidade que as ações da Assistência Social, quando não, se utilizando da Secretaria de Assistência Social e dos serviços do SUAS para dar-lhes visibilidade.

A reprodução do primeiro-damismo por dentro do próprio SUAS, quando as primeiras-damas assumem oficialmente a gestão da assistência social como secretárias, buscando inclusive qualificação profissional para se perpetuarem nesta função, pode ser explicada por alguns aspectos: *1. os traços da nossa formação social, da herança familiar na política, o patrimonialismo e a cultura clientelista que não foram superados nas relações sociais e se reproduzem nas instituições públicas, inclusive nas de assistência social, que imprimem na assistência social a marca do favor; 2. a busca das primeiras-damas por formação e qualificação profissional para atuarem como gestoras, e a ocupação, por parte delas dos espaços de deliberação e pactuação da política de assistência social; 3. a própria configuração da política de assistência social que ao focar na pobreza, via transferência de renda, se apresenta como um “campo fértil” para a reprodução da perspectiva do cuidado e da doação e do perfil tradicional da primeira-dama* (MEDEIROS, 2020, 128-129). Como objeto de discussão deste artigo, discutiremos apenas o primeiro aspecto.

Consideramos que o primeiro-damismo é uma estratégia que reproduz a “ideologia do favor” (SCHWARZ, 2012), que ainda permeia nossas relações sociais, motivo pelo qual se reproduz na atualidade. Dito isto, este artigo tem por objetivo evidenciar a reprodução do primeiro-damismo na assistência social brasileira como um traço da nossa formação social. Neste artigo, discutiremos sobre os aspectos da formação social brasileira, cuja particularidade evidencia relações sociais perpassadas pelo patrimonialismo, populismo e clientelismo. Em seguida, apresentaremos como as primeiras-damas atuam como reprodutoras da lógica do favor, utilizando-se da estrutura institucional da assistência social.

Para evidenciar essa realidade, realizamos pesquisa na internet para identificar notícias, entrevistas ou outras informações cujo conteúdo fosse a atuação das primeiras-damas que eram secretárias municipais de assistência social no período de 2017 a 2019 (período da pesquisa de Doutorado cuja tese foi apresentada em 2020 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ). Utilizamos a seguinte combinação de palavras-chaves a partir da ferramenta de pesquisa on-line Google: “Secretária e Primeira-Dama”; “Secretária de Assistência Social e Primeira-Dama”; “Secretária Municipal e Primeira-Dama”; “Secretária de Assistência



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social e Primeira-Dama Assistente Social”, obtivemos, ao todo, ao filtrar o período de busca, mais de 1.000 resultados, em notícias, informações das prefeituras, destaques para as atividades, eventos e campanhas realizadas pelas primeiras-damas, para os Programas Sociais por elas criados ou apadrinhados. Seleccionamos, dentre todas essas ocorrências, apenas as que poderiam ser úteis para responder à nossa pergunta de pesquisa: *como e em que medida o primeiro-damismo vem se reproduzindo como uma forma de enfrentamento às desigualdades sociais na particularidade da formação social capitalista brasileira a partir da gestão da assistência social?*

## 2. A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A REPRODUÇÃO DO FAVOR E DO CLIENTELISMO

Se considerarmos que a particularidade das transformações capitalistas ocorridas no Brasil, possibilitou uma “modernização conservadora” do Estado, não oportunizando a ruptura com as relações “arcaicas”, “[a]s novas classes prontamente se ajustaram aos mecanismos do clientelismo, tanto a burguesia, quanto a classe operária. A história da moderna burguesia brasileira é, desde o começo, uma história de transações com o Estado, de troca de favores” (MARTINS, 1994, p. 30-31). Para o autor, a troca de favores com os políticos está presente não só na relação entre os pobres e o Estado, mas entre todos que de algum modo dependem dele, assim é que:

*o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres. Muito antes de que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o voto, já o Estado tinha com os ricos, isto é, os senhores de terras e escravos, uma relação de troca de favores [...] (MARTINS, 1994, p. 29).*

O elemento central do clientelismo é a troca de favores, e vem perpassando toda nossa trajetória social. De acordo com Martins (1994) a política brasileira é perpassada por uma insidiosa disseminação das práticas clientelista e patrimoniais, inclusive em amplos e até inesperados setores de nossa sociedade. Perpassa, pois as estruturas do Estado e se coloca como uma das formas de promover processos de conciliação de classe.

A ideologia do favor esteve presente como elemento central no campo da assistência social durante o período populista, tendo a primeira-dama nacional como agente importante em sua efetivação, que juntamente com o voluntariado das primeiras-damas estaduais e outras



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mulheres burguesas – fundamentado em princípios religiosos católicos e no conservadorismo – ,irão, através das instituições sociais subvencionadas pelo Estado, implementar “práticas marginais de atenção, baseada numa lógica clientelística e de favor, paralelamente às formas regulamentadas, sujeitando os benefícios a condições particularistas [...]. Transformando as provisões que deveriam ser estatais em benesses particulares” (MESTRINER, 2008, p. 106).

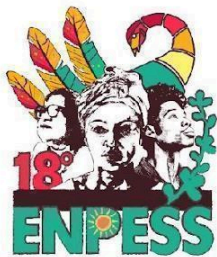
No que se refere ao populismo no Brasil, Weffort (2003, p. 28) afirma que ele se consolidou como um “fenômeno político muito mais amplo na sociedade brasileira urbanizada e em transformação sob o impacto do desenvolvimento industrial”. Para ele, o populismo é um estilo de governo (sempre sensível às pressões populares ou como política de massas a serem conduzidas e manipuladas) que surge com a Revolução de 1930, no contexto da crise política e a partir das mudanças no desenvolvimento econômico, como expressão da crise da oligarquia e do liberalismo, e do processo de democratização do Estado. Na mesma linha de argumentação, Cerqueira Filho (1982, p. 147), afirma que

o populismo se apresenta como forma objetiva de encaminhamento da supremacia burguesa num contexto de crise de hegemonia [...]. Essa supremacia burguesa está baseada, de um lado, nas alianças políticas entre burguesia e oligarquia agrária e, de outro, na incorporação de amplos setores das camadas populares a esse pacto de dominação burguesa.

Quanto ao aspecto da participação das massas, como esta não se dá através de um processo autônomo e da ampla democratização do acesso aos espaços políticos de exercício do poder, forjam-se relações de submissão e de dependência dos setores populares aos setores burgueses. A partir dessas relações, estabelece-se um discurso fundado no “favor” e na “doação”, ao mesmo tempo em que se tem o reconhecimento dos direitos de cidadania das massas (CERQUEIRA FILHO, 1982). Neste sentido, as práticas populistas tanto estão perpassadas por doses de paternalismo, quanto de clientelismo político.

Ou seja, o Estado populista aparece em sua face tutelar, através do estabelecimento de direitos “pelo alto”, não possibilitando às classes subalternas o protagonismo de suas lutas, ao mesmo tempo em que reconhece a força dessas classes ao garantir seus direitos trabalhistas.

O autor afirma ainda que “[o] populismo com conteúdo tutelar tem como características básicas aquelas já consideradas clássicas: a) paternalismo ministerial através de assistencialismo social; b) controle governamental sobre os sindicatos para impedir sua autonomia política e econômica (Idem, p. 171)”. Esta primeira característica tem como uma de suas expressões o primeiro-damismo, uma vez que não só no Brasil (iniciada com Darcy Vargas), mas em outros países da América Latina que vivenciaram contextos populistas, as ações voltadas para o “social”



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

encampadas pelas primeiras-damas se constituíram como um reforço importante da estratégia de dominação burguesa sobre a classe trabalhadora, como é o caso do papel histórico de Evita Perón na Argentina, por exemplo.

De acordo com Faleiros (1989, p. 118),

[n]essa relação [...] de intermediação pessoal a figura da primeira-dama aparece como dadivosa, medianeira de graças, intercessora, protetora dos males, vingadora dos malfeitos, e, para isto usa justamente o assistencialismo. Esse assistencialismo promove campanhas para os “coitados”, distribui brindes, organiza mutirões (em pequena escala), mobiliza as senhoras de classes médias e altas para alguma ação que lhes alivie a consciência em relação aos pobres e se aproveita dos recursos do governo como se fossem seus (patrimonialismo).

No contexto populista, a ação das primeiras-damas se colocará como reforço ao clientelismo, via assistencialismo, que vai “transformar o trabalhador sem carteira assinada, da atividade informal ou desempregado, em pobre, pária do sistema e, portanto, em ‘sujeitado’, e a classe dominante em sujeito público, em instrumento de ‘justiça social’” (MESTRINER, 2008, p. 106). Weffort (2003) afirma que um caso típico de populismo no Brasil foi a gestão de Adhemar de Barros em São Paulo, cuja imagem patriarcal junto à grande massa é construída por intermédio do governo generoso, através das ações da primeira-dama:

[...] um Estado assistencial, protetor, ao qual se possa recorrer em caso de dificuldades (e ainda por meio da corrupção), sem os impedimentos técnicos de uma burocracia racional e impessoal. [...]. Deste modo, a atividade filantrópica desenvolvida pela esposa de Barros sempre assumiu grande importância aos olhos desta massa, menos porque já os tenha servido em circunstâncias difíceis, do que por constituir a expressão do tipo de generosidade que imagina para o Estado (WEFFORT, 2003, p. 32).

Assim é que o Estado populista, em seu discurso político de integração nacional, de defesa da ordem, do nacionalismo e do povo, constrói uma imagem social junto às classes subalternas, de Estado benfeitor, que se antecipa às suas necessidades. O direito se traveste em bondade do governante, revelando uma relação ambígua do ponto de vista político entre esse e as “massas” devido a uma relação de igualdade e identidade que se forja entre esses sujeitos de classes sociais distintas. A relação entre o que “doa” (o Estado personificado no líder populista) e o que “recebe” (a massa personificada no indivíduo) passa a ser uma relação entre indivíduos e entendida como uma relação de igualdade. Elimina-se, pois, o caráter de antagonismo e luta de classes, contribuindo para a reprodução dos interesses capitalistas e para a desmobilização da classe trabalhadora (WEFFORT, 2003; CERQUEIRA FILHO, 1982).

Com esses apontamentos chegamos ao entendimento de que na nossa formação social, o Estado se coloca como um importante ator na consolidação da dominação burguesa, atuando “no controle e reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, objeto de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

preocupação e intervenção das instituições sociais” (ORTIZ, 2010, p. 67). Considerando que as primeiras-damas, na trajetória histórica brasileira, tiveram (e ainda têm) participação tanto na criação dessas instituições, como de projetos e ações de enfrentamento à “questão social”, muitas vezes se colocando como representante do Estado junto à população, analisaremos nos próximos tópicos como elas vêm atuando no atual contexto do SUAS.

### **3. ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA QUE EXPLICAM A PERPETUAÇÃO DO PRIMEIRO-DAMISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. REPRODUÇÃO DO CLIENTELISMO E DO FAVOR?**

Como interpretar a permanência das primeiras-damas na gestão da assistência social hoje? Um primeiro aspecto que podemos destacar, é que tal permanência se dá pelos traços de nossa formação social, os quais já discutimos no tópico anterior. De acordo com Oliveira (2003, p. 117), “[n]o Brasil, [...] a eliminação do regime autoritário não significou a superação dos altos níveis de elitismo e clientelismo que caracterizam o estilo de fazer política no país”. Perpetua-se a combinação entre práticas “arcaicas” e “modernas”, entre o direito e favor, que atravessa o cotidiano das instituições, da execução dos serviços públicos, que revelam distintos projetos de classe em disputa, em geral, a burguesia utilizando-se da máquina pública para atender aos seus interesses.

Um aspecto vinculado à nossa cultura política, diz respeito ao uso da máquina pública em proveito dos políticos/governantes. Segundo Martins (1994), o clientelismo perpassa todos os setores de nossa sociedade, com a troca de favores não importa em que escala. Para ele, se com os processos de democratização, se utilizar do patrimônio público de forma direta (“descarada” – parafraseando o autor) se configura como corrupção em face da lei, embora essa prática tenha se configurado de forma naturalizada em nossa história, com o velho jargão “rouba, mas faz”, “há artifícios para uso de bens públicos como se fossem bens privados”. Martins (1994) e Schwarcz (2019) apontam que a utilização das emendas parlamentares, que são de uso individual dos deputados, dispositivo do próprio orçamento federal brasileiro, é um exemplo de como os políticos se utilizam da máquina pública para trocar favores com seus eleitores.

Analisando uma realidade presente no Brasil na década de 1990, Martins (1994) aponta como se davam as trocas de favores e o clientelismo político no Brasil, conforme se pode ver no trecho abaixo:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] desde os vereadores até os deputados federais podem consignar no orçamento da respectiva unidade pública, seja o município, seja o estado, seja a União, amplas verbas para serem distribuídas às chamadas entidades assistenciais. Isso envolve desde a doação de bolsas de estudos para estudantes que presumivelmente não podem pagar escola privada (num país em que nada absolutamente se paga pela escola pública), até a doação de cadeiras-de-rodas, óculos e dentadura a quem deles precise. Essa distribuição é feita diretamente pelo político. Evidentemente, sobre condições de que ele receberá do beneficiário na próxima eleição. Exatamente como se faz onde ainda prevalece a condição política clientelista [...] (p. 42-43).

O exposto acima é identificado como um caso típico de clientelismo político, e de patrimonialismo, no qual o político se utiliza da coisa pública, nela imprime uma marca pessoal e a repassa à população como sendo uma doação sua, individual. Gonçalves (2011) afirma que o clientelismo político é praticado não só pelos políticos do legislativo, mas pelos chefes do poder executivo (os prefeitos), que “[...] também usam recursos de atendimento à clientela. Não necessitam de máquinas pessoais nem precisam estar associados a máquinas partidárias: valem-se do aparato estatal, da burocracia permanente, da infraestrutura e dos recursos que têm à sua disposição” (p. 124). Acerca da reprodução dessas práticas na assistência social, assim elucida Yazbek (2015, p. 51-52)

[d]o ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais. Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem seus serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.

É uma prática recorrente nos municípios que a concessão dos benefícios eventuais<sup>3</sup> da assistência social, principalmente o “benefício natalidade” e “benefício alimentação”, caracterizados conforme Orientações Técnicas dos Benefícios Eventuais no SUAS (BRASIL, 2018), seja reduzida ao chamado “kit bebê” e às cestas básicas, respectivamente. Conforme as orientações técnicas anteriormente citadas, estes benefícios devem ser destinados, preferencialmente, na forma de pecúnia, a fim de que seja respeitada a autonomia dos usuários. Não devem ser garantidos mediante qualquer tipo de pré-requisito anterior como: estar inserido no Cadastro Único<sup>4</sup>, ou participando de algum serviço da assistência social. No caso do benefício

<sup>3</sup>De acordo com o Art. 22 da Lei nº 12.435, de 2011 (LOAS/SUAS), “Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

<sup>4</sup>De acordo com o Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, Art. 2º “O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

natalidade, quando concedido na forma de “kit bebê”, as peças que o compõem não devem ser produzidas pelas próprias gestantes ou entregues após a conclusão das oficinas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>5</sup>, ofertado no âmbito da proteção social básica do SUAS, pois ao ganhar essa configuração, não se coloca como uma provisão eventual, em caráter imediato e emergencial, assim como quando a necessidade por alimentação requisitar provisão contínua, essa deve ser suprida através de um conjunto articulado de outras políticas sociais, como a de Segurança Alimentar e Nutricional, e não através do benefício eventual. Outra questão que desconfigura a concessão do benefício eventual é colocar a solicitação do usuário em fila de espera ou condicionando-o à realização de visita domiciliar futura. Os benefícios eventuais também não devem ser concedidos a partir de doação, pois desconfigura o seu caráter de ação pública estatal e de garantia de direito.

Os municípios, no entanto, contrariam todo o exposto acima e criam verdadeiros eventos para a “entrega” dos “kits bebê” e das cestas básicas, com a presença da imprensa local para noticiar o feito. Embora os benefícios eventuais sejam um direito previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e de responsabilidade dos municípios, com co-financiamento dos estados, devendo se configurar como uma provisão provisória, a “distribuição” desses em um único dia, em grande quantidade, vem se colocando como uma forma de perpetuar o assistencialismo na política de assistência social, a partir da evocação da doação e da caridade, geralmente acontecendo em datas comemorativas como o Natal, ou na data de aniversário da cidade, configurando-se como uma ação pontual e descontextualizada da condição de desigualdade e pobreza vivida pela classe trabalhadora, consolidando-se, inclusive, como uma importante estratégia de *marketing* das prefeituras e da reprodução do favor. Vejamos algumas notícias:

Na última quarta-feira (18 de julho) a Prefeitura municipal de Riacho de Santo Antônio entregou mais de 30 cestas básicas **para famílias carentes do nosso município, identificadas através do cadastro social**. [...]. A secretária de assistência social Maria do

ao atendimento desse público”. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro\\_unico/decretos/2007/decreto\\_6135.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro_unico/decretos/2007/decreto_6135.pdf). Acesso em 12 de janeiro de 2020.

<sup>5</sup>As Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS, assim esclarece: “O enxoval é uma oferta tradicional da Assistência Social e vem sendo realizada também no campo da política pública, no âmbito do SUAS. Contudo, considerando as características legais do benefício eventual, a oferta do enxoval deve ser ágil e sem condicionalidades para contemplar os princípios definidos no Decreto nº 6.307/07. A gestão local de Assistência Social poderá criar ações e programas, de preferência intersetoriais, com foco nas questões que envolvem gestações e nascimentos, inclusive com previsão de entrega de enxoval ao final, para as/os participantes. Porém, essa ação não se encontra no campo dos benefícios eventuais, já que não contempla uma oferta ágil, realizada em caráter de urgência e não condicionada à participação em quaisquer atividades. O benefício eventual por situação de nascimento, assim como os demais benefícios eventuais, não pode ter sua oferta vinculada à exigência de quaisquer contrapartidas ou ser uma recompensa por participação em atividades dos serviços socioassistenciais.” (BRASIL, 2018, p. 26).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Carmo, lembrou que essa ação tem por objetivo atender as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Já o Prefeito Ofla falou da felicidade de estar demonstrando, mais uma vez, a preocupação dar mais qualidade de vida às pessoas. “Estamos construindo um governo transparente, que dialoga com as pessoas e que **aplica bem os recursos do povo**, devolvendo cada centavo em forma de benefícios para toda a população”, afirmou. **E representando a equipe de Assistência Social, a Primeira Dama Neizinha acompanhou entrega das cestas básicas adentrando a essa realidade social do município**<sup>6</sup>. (Notícia publicada no site da Prefeitura de Riacho de Santo Antônio – PB em 23 de julho de 2018. Grifos nossos).

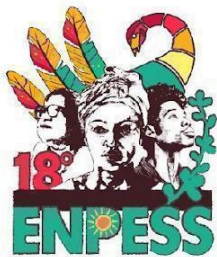
O **prefeito Ricardo Ramos juntamente com a Secretaria de Assistência Social e primeira dama Karol Barros e o Secretário de Agricultura o Sr. Ideval Alves**, entregaram na manhã dessa sexta-feira 22 de fevereiro um total de 375 cestas básicas, que foram distribuídas para as associações da zona rural cadastradas no consórcio municipal. **Esta ação foi do festival de janeiro intitulado de “Domingão Sunset Solidário” que arrecadou quase 15 mil toneladas de alimentos no último dia 27 de janeiro, ideia brilhante da secretaria de assistência social e primeira dama do município**. A distribuição das cestas básicas estará dentro do **programa Assistência Social em Ação na zona rural** do município. A primeira dama Karol Barros expressou a importância das associações no dia a dia do nosso povo e principalmente para as famílias que vivem em **vulnerabilidade social**<sup>7</sup>(Notícia publicada no site da Prefeitura de Ouricuri – PE em 27 de janeiro de 2020. Grifos nossos).

Os municípios vêm “distribuindo” essas cestas a partir de doações e campanhas envolvendo tanto pessoas físicas, quanto empresários, descaracterizando a oferta do benefício eventual, colocando-a como um ato de solidariedade, justificando-se, inclusive que a “distribuição” se deu através do “cadastro” das pessoas junto à secretaria de assistência social e através de estudo feito pela equipe técnica da mesma, que comprova que “as pessoas “beneficiadas realmente precisam”, ou mesmo entregando-as a instituições filantrópicas para sua distribuição. Ou seja, esse tipo de prática, além de não se configurar como a garantia do direito ao benefício eventual, ao se colocar como doação, reproduz a prática do favor no âmbito da assistência social, na qual há um verdadeiro engajamento das primeiras-damas, sendo elas secretárias ou não, reproduzindo o assistencialismo e o clientelismo na assistência social. Recentemente as primeiras-damas de Cuiabá, Márcia Pinheiro, de Mato Grosso, Virgínia Mendes, e de Goiás, Gracinha Caiado, arrecadaram toneladas de alimentos através de campanhas e do chamamento à solidariedade, utilizando as secretarias de assistência social tanto para promoverem as campanhas, quanto para selecionar as pessoas e instituições que iriam receber as cestas.

Outra expressão do clientelismo está relacionada com a realização de obras públicas advindas das emendas parlamentares, como já destacamos anteriormente. Quando se trata da entrega de uma obra, geralmente conta com a presença de vereadores ou de deputados e

<sup>6</sup> Disponível em: <https://riachodesantoantonio.pb.gov.br/assistencia-social-entrega-cestas-basicas-a-familias-carentes/>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.ouricuri.pe.gov.br/novosite/noticia/270/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

senadores, principalmente quando o feito é fruto de uma emenda parlamentar. Vejamos um exemplo:

Com a presença da senadora Kátia Abreu, Prefeitura de São Sebastião entrega prédio do CRAS. Nesta sexta-feira (1º), o prefeito de São Sebastião, Adriano Moraes, entregou a comunidade local o prédio do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O evento festivo contou com a presença da senadora Kátia Abreu (PDT), vereadores, prefeitos de cidades vizinhas e da população local, que foi conhecer de perto a nova estrutura e parabenizar o prefeito pela obra. A construção custou pouco mais de R\$ 300 mil e é oriunda de emenda parlamentar da senadora. A nova sede do CRAS vai abrigar os setores administrativos dos programas sociais desenvolvidos no município, além de atividades socioeducativas, acompanhamento familiar, oficinas de convivência, atividades lúdicas e culturais, entre outros serviços. Para o prefeito Adriano, essa é uma conquista muito importante para o município, que passará a contar com um espaço adequado para atender a população beneficiária dos programas sociais. [...]. Durante o discurso, Adriano agradeceu a senadora Kátia Abreu pela emenda parlamentar e anunciou mais uma emenda destinada pela senadora para obras de infraestrutura no município. “Com essa parceria quem ganha é a população, senadora. Muito obrigado por sua **dedicação** e pelos **benefícios** destinados ao nosso município”, afirmou. Kátia Abreu ressaltou a importância de um CRAS para os municípios e, principalmente, para a **população mais humilde**, pois é um lugar de **garantia de direitos**, de aquisição de benefícios sociais e de políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. “**O número de CRAS aumentou no governo da presidenta Dilma, só eu consegui 70 CRAS para o Tocantins**, porque o CRAS é o canto **daqueles que mais precisam**. É o local onde os direitos e as políticas públicas são garantidos **aos mais pobres**”, disse.[...]. (Notícia publicada pelo Jornal Voz de Bico em 1 de março de 2019. Grifos nossos.)<sup>8</sup>

Nessa notícia é importante perceber o agradecimento do prefeito à senadora. O discurso personalista da senadora que atribui a si mesma o mérito de ter “conseguido 70 CRAS para Tocantins”, colocando a garantia do direito e a ampliação da oferta de serviços do SUAS como uma ação individualizada e de vontade política, desconsiderando os espaços de participação e deliberação da política, bem como reforçando a ideologia do favor ao colocar a política pública ora como direito, ora como uma concessão de benefícios “aos que mais precisam”. Na eleição seguinte, a população será lembrada, pelo político ou por quem ele está apoiando, das benfeitorias realizadas, como forma de pedir o voto em retribuição ao feito. De acordo com Gonçalves (2011, p. 122), os chefes do executivo são extremamente eficientes no clientelismo de massa ao se utilizarem do próprio aparato estatal para “relacionar-se e atender a clientelas formadas por grupos ou comunidades, cujas reivindicações são de serviços públicos ou melhoramentos urbanos, ao alcance do poder de realização das Prefeituras”. Com isso, tanto fortalecem os parlamentares, quanto mantém para si uma posição privilegiada junto à sua própria clientela, conforme afirma:

cumprem dupla função: 1) alimentar e ajudar os parlamentares (vereadores, no caso municipal) donos de clientelas próprias, num jogo particular de troca de apoio político (na Câmara Municipal) por essas vantagens (uma microrrelação clientelista num universo de

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.vozdobico.com.br/bico/com-a-presenca-da-senadora-katia-abreu-prefeitura-de-sao-sebastiao-entrega-predio-do-cras/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

clientelismo generalizado); 2) manter para si mesmos posição privilegiada de patrão em relação às suas próprias clientelas, sejam elas individuais ou de massa (GONÇALVES, 2011, p. 122).

É recorrente também se utilizarem dos serviços da assistência social, principalmente os destinados às crianças para fazerem entregas de brinquedos em datas comemorativas, utilizando-se do espaço da política pública para promover sua imagem benevolente. Com isso reduzem a assistência social a práticas pontuais e esporádicas de doação, minando sua proposta de política social, partícipe da proteção social. Assim, aquilo que é direito é repassado aos usuários dos serviços como sendo uma “doação” do governante. Essa transmutação do direito garantido pela política social, na bondade do governante, está diretamente relacionada com a reprodução histórica do paternalismo, quanto da perspectiva do solidarismo presente nas ações voluntárias, que por muito tempo mediarão às ações das primeiras-damas na assistência social, como discutimos no capítulo anterior.

Esse tipo de prática se contrapõe à perspectiva de garantia de direitos inaugurada com o reconhecimento da assistência social como política pública. A partir do exposto anteriormente podemos inferir que o chefe do executivo se apropria dos recursos públicos e das instituições vinculadas à política de assistência social, descaracterizando os serviços da assistência social como forma de *marketing* político, para enaltecer sua figura de “benevolente”, sendo essa imagem reforçada quando a primeira-dama entra em cena<sup>9</sup>. Ao ocupar o cargo de secretária de assistência social, a primeira-dama passa a ser vista pelos usuários da política social como a personificação da bondade do governante, geralmente uma mediadora entre as necessidades do povo e o gestor. De acordo com Torres (2012),

[...] em se tratando do trabalho das primeiras-damas, há um componente político bem determinado, no que se refere à conotação de caridade e/ou bondade atribuída às suas ações. Trata-se, na verdade, de fazer com que o poder estatal apareça como benevolente e preocupado com as causas sociais. Esse tipo de papel é desempenhado muito bem pelas primeiras-damas, no sentido de fazer propaganda do governo junto aos setores subalternizados. [...] as primeiras-damas, com suas atividades assistencialistas e benevolentes, acabam dando sustentação política ao poder local, materializada na legitimidade popular ao governo por elas conquistada com o seu trabalho, encarado pelos setores subalternizados como ações humanitárias realizadas pelos próprios governantes (p. 58 e 59).

Identificamos através da pesquisa, nos sites das prefeituras, que as primeiras-damas se colocam como verdadeiros “cabos eleitorais” dos prefeitos quando falam em nome deles,

<sup>9</sup> É comum a primeira-dama, sendo secretária ou não, ao realizar algo para a população, agradecer ao prefeito pelo apoio para as ações realizadas na assistência social, sendo ressaltado seu compromisso em “cuidar dos que mais precisam”. O contrário também acontece: o prefeito mencionar a primeira-dama pela “sensibilidade” com as “causas sociais”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

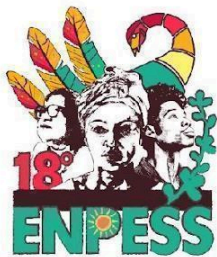
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

geralmente enaltecendo seu compromisso com algum projeto, área ou programa, quando na verdade esses já estão previstos dentro da estrutura da própria política social. Fica subentendido que o “feito” do prefeito ou governador deve ser compensado na forma do voto. Acerca disso, a análise de Martins (1994) é elucidativa:

Os que nada têm para doar, têm ainda o comportamento subserviente como último recurso dos desprovidos para demonstrar acatamento. E de qualquer modo, têm o débito moral que pode ser pago politicamente. É comum os chamados “cabos eleitorais” se dirigirem a amigos em nome de políticos para cobrar-lhes o débito do favor feito algum dia mediante o pagamento em voto (p. 44).

Quando o gestor público atribui à sua imagem e seu nome a criação, implementação ou execução de uma política social prevista legalmente, estruturada através de um sistema e com orçamento público para isto, barganha com seus eleitores seu voto e sua gratidão, perpetuando as relações clientelistas. Nas notícias que analisamos dos sites das prefeituras, é comum a imagem do prefeito e da primeira-dama ser enaltecida por algum “feito” no município e agradecidos pelo vereador ou deputado presentes na inauguração de uma instituição, na compra de equipamentos, na entrega de algo para a população. Embora tudo aquilo seja comprado/efetivado com recurso público e esteja dentro da previsão dos serviços a serem executados pela política social, dentro da organização do SUAS, é repassado à população como “um compromisso” da gestão ou até mesmo como uma doação. Ou seja, algo que é da própria constituição do SUAS, que independente do gestor que estiver à frente da secretaria ou da prefeitura, será efetivado, é repassado como uma benfeitoria do gestor, não como um direito, um dever do Estado. Vejamos algumas manchetes e trechos de notícias para ilustrar o que estamos problematizando:

**Prefeito Nagib e primeira-dama entregam kits de enxoval para as mães no CRAS do Bairro São Francisco.** Na manhã desta terça-feira (11) o prefeito de Codó, Francisco Nagib, e a **secretária de Desenvolvimento Social, a primeira-dama Agnes Oliveira**, realizaram a entrega de kits de enxoval no Centro de Referência de Assistência Social do Bairro São Francisco. Na ocasião estavam reunidas mães de todos os cinco CRAS do município. Ao todo foram mais 82 kits de enxoval distribuídos, incluindo as mães do Distrito Km 17. [...]. **Das mãos da Primeira Dama e do Prefeito Francisco Nagib**, as mães receberam os kits de enxoval, que continham itens para uso próprio e para os bebês. [...]. *“Estamos realizando a entrega dos kits completos para as **mães que mais precisam**. Quem é mãe sabe a emoção que é este momento na vida de uma mulher. **Agradecemos ao carinho e apoio do prefeito Francisco Nagib com todas as mães**. Fazemos questão de contemplar com muito compromisso todos os programas da secretaria, como auxílio natalidade. **A secretaria estará sempre de portas abertas a nossa população e realizando ações e programas importantes da assistência social para os que mais precisam!**”, disse a Primeira Dama Agnes Oliveira.* O prefeito Nagib cumprimentou todas as mães, conversou sobre os programas da assistência social e **destacou o trabalho realizado pela secretaria de Desenvolvimento Social em Codó. “Muito feliz de estar aqui e ver que a Secretaria de Desenvolvimento Social está trabalhando para que as políticas públicas cheguem até essas pessoas que tanto precisam de assistência,**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

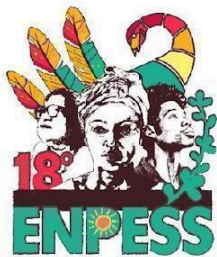
*carinho e solidariedade. Continuamos entregando esses enxovais as mães que são acompanhadas pelos CRAS parabéns a secretária Agnes Oliveira e a todas as mamães”,* concluiu o prefeito (Notícia publicada no site da Prefeitura de Codó – MA em 18 de setembro de 2018. Grifos nossos)<sup>10</sup>.

**CRAS de Catarina entrega uniformes para crianças de 4 a 6 anos, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** A Prefeitura Municipal de Catarina, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Empreendedorismo- SDSE, e o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, entregaram nesta terça-feira (14), novos uniformes para as crianças de 4 a 6 anos de idade que participam das atividades do CRAS através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. [...] O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS foi implantado no município de Catarina em 2005 na gestão do ex-prefeito Dr. Jefferson Paes de Andrade e da ex-secretária municipal de Desenvolvimento Social e Empreendedorismo, hoje, vereadora Dra. Fernanda Ribaisa. Em janeiro do ano passado a administração do ex-prefeito Dr. Rafael Paes de Andrade e da ex-primeira-dama e ex-secretária Dra. Érica de Lavor Barbosa realizaram um grande evento para celebrar os 10 anos de fundação do CRAS de Catarina com entrega de certificados para os órgãos e entidades parceiras do CRAS. [...]. A atual gestão do prefeito Dr. Thiago Paes de Andrade Rodrigues e da primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social e Empreendedorismo, Dra. Taina Cavalcante Feitosa Paes de Andrade, não tem medido esforços para dá apoio aos serviços sociais ofertados pelo CRAS de Catarina nos mais diversos programas que vai da criança, do jovem, do adolescente, pessoas portadoras de necessidades especiais, pessoas da terceira idade além de cursos profissionalizantes entre outros (Notícia publicada no site da Prefeitura de Catarina – CE em 21 de março de 2017. Grifos nossos)<sup>11</sup>.

Em ambas as notícias, vemos a política social ser reduzida à bondade do governante e da primeira-dama, servindo como reforço à imagem benevolente dos gestores. O que é direito é repassado para a população como um ato de bondade, solidariedade e carinho. Imprime-se a marca pessoal do gestor, sendo simbólico que na primeira notícia se enfatize que o “benefício” foi entregue pelas mãos do prefeito e da primeira-dama, conferindo um caráter personalista à política pública. Percebe-se também que na primeira notícia há um reforço da imagem bondosa tanto do prefeito por parte da primeira-dama, que o agradece pelo “carinho e apoio”, quanto da primeira-dama, que é secretária de assistência social, por parte do prefeito, que parabeniza o trabalho da primeira-dama na secretaria. Na segunda notícia, vemos claramente que uma mesma família se perpetua por três gestões na prefeitura e que uma simples ação de entrega de uniformes, torna-se quase um “comício”, onde se reforça as “benfeitorias” que a família vem fazendo à frente da prefeitura, ressaltando todas as primeiras-damas como secretárias de assistência social e que a gestão “não tem medido esforços” para apoiar os serviços da política de assistência social. Assim é que, se os governantes “não tiram mais do seu bolso” como faziam os coronéis, no clientelismo eles se utilizam da própria estrutura das políticas sociais e dos recursos

<sup>10</sup>Disponível em: <http://www.codo.ma.gov.br/portal/prefeito-nagib-e-primeira-dama-entregam-kits-de-enxoval-para-as-maes-no-cras-do-bairro-sao-francisco/>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

<sup>11</sup>Disponível em: <https://www.catarina.ce.gov.br/informa.php?id=144>. Acesso em 20 de novembro de 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

públicos para perpetuar sua imagem doadora, embora nem sempre façam isso de forma explícita. Às vezes ela vem temperada com o discurso da garantia de direito. Assim, é recorrente na prática dos governantes municipais repassar à população um direito como forma de bem-estar, mesmo após o SUAS. De acordo com Nobre (2017, p. 434):

O caráter conservador do poder político no Brasil implica, portanto, que as elites dominantes operem mecanismos de favores para consolidarem sua condição de domínio, abusando fartamente do recurso público, ademais do estabelecimento de seus próprios privilégios. No que se refere a setores da sociedade, há certa legitimação da cultura da apropriação de bens públicos pelo privado, como forma necessária do atendimento de necessidades que, não respondidas na forma de direitos sociais, são alcançadas por meio daquela intermediação política.

De acordo com Oliveira (2003, p. 117),

[...] distintas culturas políticas não só atravessam as ações coletivas dos grupos sociais, como também incidem nos sistemas de Proteção Social. No caso da Assistência Social, essas culturas apresentam características que, de um lado, favorecem a “transição” para um modelo participativo, e, de outro, impedem sua consolidação, na medida em que mantêm atitudes e práticas perpetuadoras do elitismo e do clientelismo.

Fica evidente que o primeiro-damismo se reproduz como um traço característico da particularidade de nossa formação social, o que explica sua perpetuação mesmo após a consolidação de um sistema que busca garantir direitos e superar o favor e o clientelismo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível dizer que na assistência social, distintas culturas políticas se mantêm em disputa, uma buscando consolidar a assistência social como direito e participe do sistema de proteção social, e outra que impede essa consolidação a partir da perpetuação do clientelismo nos mais diversos espaços institucionais dessa política: na gestão da política com a perpetuação do primeiro-damismo, nas relações com os usuários na transmutação do direito em bem-estar, nos espaços de controle social com aliados políticos da gestão sendo indicados para dar o direcionamento do seu planejamento.

A primeira-dama, na qualidade de gestora da assistência social, é identificada com a imagem tradicional, vinculada aos atributos de doação, bondade e amor ao próximo, sendo requisitada pela própria população que ela resolva situações individualizadas, sem que passe pelas instituições que ofertam o serviço público.

Evidencia-se, portanto, que “[n]a atualidade, a política de assistência social se depara com problemas referentes às frágeis estruturas institucionais de gestão, recursos humanos reduzidos e pouco qualificados e a (re)atualização de práticas clientelistas e do primeiro-damismo” (BONFIM, 2015, p. 147). Além disso, a expansão da oferta de serviços



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

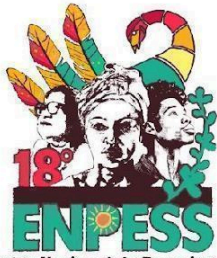
capilarizou o controle do Estado sobre a classe trabalhadora ao colocar a assistência social como importante estratégia de controle da pobreza. Isso revela que as práticas assistencialistas e o primeiro-damismo acompanham o capitalismo dependente.

Neste sentido, a melhoria nas formas de gestão e das estruturas institucionais da Assistência Social são insuficientes para garantir a superação das práticas assistencialistas, porém necessárias para que a Assistência Social se constitua como um avanço na luta por melhoria da qualidade material de vida da classe trabalhadora dentro dessa ordem capitalista.

## REFERÊNCIAS

- BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social**: a particularidade da formação brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BRASIL. **Orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF: SNAS/MDS, 2008.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da assistência social. **Serviço Social & Sociedade**. n. 30, p. 109-126. São Paulo: Cortez, 1989.
- GONÇALVES, Alcindo. Notas sobre o Clientelismo Político no Brasil. In: **Leopoldianum**. ano 37, n. 101/ 102/ 103, 2011, p. 97-130.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **Primeiro-Damismo e Sistema Único de Assistência Social - SUAS**: novas e velhas práticas. Rio de Janeiro, 2020. 225f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.
- MESTRINER, Maria Lúcia. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012, p. 11-31.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2015.